

O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR NO CUIDADO E PREVENÇÃO AO SUICÍDIO EM ADOLESCENTES PROVOCADO PELO BULLYING

Gleyce Vitoria da Cunha Batista¹
Eudes Basílio de Alencar Segundo Júnior²

RESUMO

O presente trabalho é resultado de um processo de revisão bibliográfica em nível de graduação, realizado nas plataformas Scielo e Pepsic, no período de abril a maio de 2017, que aborda a temática do suicídio em ambiente escolar, aqui compreendido como causa direta do Bullying, e destacando o papel do Psicólogo Escolar que, inserido neste espaço, torna-se o profissional mais capacitado para atuar tanto no processo de apoio e suporte aos envolvidos (vítima e agressor), quanto para prestar o serviço de orientação e prevenção junto às famílias dos alunos e à comunidade escolar. Dessa forma, esse estudo articula três temáticas relacionadas: inicialmente, descrevendo e definindo o Bullying e o Suicídio; em um segundo momento, exibindo as funções do Psicólogo Escolar; e, por fim, expressando a relação transversal desses três temas para, assim, dentro das limitações das atividades exercidas por este profissional, propor as medidas apropriadas de intervenção, ressaltando sua relevância dentro das instituições educacionais.

PALAVRAS CHAVE: Suicídio; Psicólogo Escolar; Bullying.

¹ Gleyce Vitoria da Cunha Batista, graduanda do curso de Psicologia no Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNIRN.

² Eudes Basílio de Alencar Segundo Junior possui Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016). Formação em Gestalt-terapia pelo Instituto Gestalt do Ceará (2015). Especialização em Psicopedagogia pela Universidade Potiguar (1999). Licenciatura plena em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1998). Bacharelado e Formação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1996). Atualmente é Professor de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) e Psicólogo Clínico (Gestalt-terapeuta).

RESUMEN

El presente trabajo es el resultado de un proceso de revisión bibliográfica a nivel de graduación, realizado en las plataformas Scielo y Pepsic, en el periodo de abril y mayo de 2017, que aborda la temática del suicidio en ambiente escolar , aquí entendido como causa directa del Bullying, y destaca el papel del Psicólogo Escolar, que se inserta en este espacio , se convierte en el profesional más capacitado para actuar tanto en el proceso de apoyo y amparo a los involucrados (víctima y agresor), en cuanto para prestar el servicio de orientación y prevención junto a las familias de los alumnos y la comunidad escolar. Así ese estudio articula, por lo tanto, tres temáticas relacionadas: inicialmente describiendo y definiendo el Bullying y el Suicidio, y en un segundo momento exhibiendo las funciones de lo Psicólogo Escolar, posteriormente, al fin expresando la relación transversal de estos tres temas para así, dentro de las limitaciones de las actividades ejercidas por este profesional, proponer las medidas apropiadas de intervención resaltando su relevancia dentro de las instituciones educativas.

PALABRAS CLAVE: Suicidio; Psicólogo Escolar; Bullying

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a refletir acerca do suicídio no ambiente escolar, resultado do efeito de constantes violências promovidas pelo bullying, além de estabelecer as possíveis ações de intervenção de um profissional capacitado, atuante no local onde o fenômeno acontece, aqui representado pela figura do Psicólogo Escolar. Tendo em vista o aumento dos casos de automutilações e dos índices de suicídio, em sua maioria com jovens, além do aparecimento de jogos como “A Baleia Azul” e produções literárias e cinematográficas como “Os 13 porquês”, de Jay Ascher, buscou-se realizar uma revisão bibliográfica para investigar os possíveis motivos que estão levando esta geração a padecer de tanto sofrimento e adoecimento psíquico.

Como mencionado anteriormente, faz-se necessário evidenciar o fenômeno do Bullying como um dos grandes motivos para ações suicidas. Tal processo nada mais é do que a reação violenta ao que é singular e diferente dentro dos padrões convencionais de normalidade social. Como primeira causa da problemática, percebe-se que as condições de desenvolvimento das relações humanas estão baseadas na dinâmica capitalista que, para estabelecer relações de consumo e atrair mercado, cria padrões de conduta e beleza que acabam por serem considerados como dentro de uma faixa de normalidade estabelecida, atualmente propagada de forma rápida e constante através das redes sociais. Aqueles que se destoam dessa média são colocados de lado pela sociedade de forma muito intensa. Quando esta dinâmica ocorre na adolescência, em um período bastante crucial do desenvolvimento humano onde o corpo e a mente passam por constantes mudanças, o jovem, em seu processo secundário de construção da autoimagem e identidade, vai buscar nas relações interpessoais e na aceitação dos pares a visão de si mesmo.

Nesse sentido, alguns estudiosos do desenvolvimento humano perceberam essa ligação muito importante e instintiva da necessidade de construção do Eu a partir das relações com o Outro. Assim, destaca-se a teoria de Henri Wallon, que apoiada na visão do Materialismo histórico-dialético, postula que há uma construção dialogal da personalidade por meio das relações sociais de diferenciação e semelhança com o outro.

“O processo de desenvolvimento psíquico do indivíduo caminha, portanto, da socialização para uma diferenciação gradual, que torna cada indivíduo um ser único e diferente dos demais. Essa relação indivíduo-meio social é recíproca: o meio social transforma o indivíduo, e este transforma o meio social por suas reações.” (ALMEIDA, p.596, 2014).

Tal conexão baseia-se em afetos ou desafetos, indo desde a estrutura familiar até a entrada em grupos exteriores, pois a emoção garante os primeiros contatos, propagando-se, desde o início da vida, em todo o ciclo vital nas interações sociais. Partindo desse princípio, quando os sentimentos do outro em relação ao indivíduo são formados pelo desprezo e hostilidade, a visão de si mesmo e o desenvolvimento ficam comprometidos.

Nessa mesma linha de pensamento, Bandura (1986), em sua Teoria Social Cognitiva, ou Teoria da Aprendizagem Social, salienta que o comportamento é formado parcialmente por um determinismo recíproco envolvendo os aspectos cognitivos e o ambiente, reforçando a ideia de construção mútua e a importância que os fatores externos assumem no processo de construção do Self por meio das reações e ações a determinados estímulos, sendo estas positivas ou negativas.

Para tanto, não podemos deixar de mencionar, também, as contribuições de Carl Rogers, ao trazer a ideia de que a experiência é vivida como algo subjetivo e que auxilia a pessoa a tornar-se aquilo que ela é de fato, exceto quando ocorre algo negativo; do pensamento fenomenológico-existencial, das ideias de Bandura, e das teorias de desenvolvimento do Self, que fundamentam esse estudo. Além disso, ao consultarmos a teoria da Gestalt-terapia, identificamos que, para esta vertente teórica, o indivíduo representa a figura, e o mundo ao seu redor constitui-se o fundo, em um processo que ocorre por meio dessa interação dialética. Para as teorias acima citadas, o foco está na experiência subjetiva da pessoa e constitui-se pela percepção externa, onde aquilo que ela apreende e internaliza torna-se verdade para ela, como afirma Dutra (2000):

“Nesse processo, a percepção que cada um tem das suas características, dos seus afetos, humores, relações e valores, ou seja, o seu autoconceito ou self tem uma importância crucial, na medida em que é essa

a imagem com que cada um se percebe no mundo, que irá influenciar, para não dizer orientar ou determinar, a conduta do indivíduo.” (DUTRA, p. 34. 2000).

Assim, nota-se um papel fundamental da escola, que promove o primeiro contato com o mundo exterior e a estruturação da visão de si. Se este processo é permeado de desafetos e hostilidade, o indivíduo se vê segregado em convívio interpessoal, aflorando fenômenos como o Bullying e Suicídio. Os adolescentes que já não gostam mais de si recebem todos os estímulos, através de perseguições, para se odiarem ainda mais.

O estudo do Bullying começou em 1980, na Suécia, quando três meninos na faixa de 10 a 14 anos suicidaram-se, ou seja, esse processo aparece amplamente ligado ao suicídio. Até então, a prática, que sempre existiu, passava despercebida de forma naturalizada no ambiente escolar, vista pela equipe pedagógica, especialmente por professores, como brincadeiras inofensivas, fazendo parte da adolescência. As reações das vítimas, tidas como dramáticas e exageradas, faziam parte do desenvolvimento da identidade e costumavam ser relacionadas aos turbilhões hormonais.

Segundo pesquisas, os índices de suicídio nesta fase da vida costumam estar ligados de forma intrínseca a prática do Bullying. Entende-se por ela a repetição de assédio moral, físico ou psicológico de modo repetitivo, intencional e por um período prolongado de tempo. Consequentemente, com o surgimento do cyberbullying, o abuso dificultou o controle e propagou de forma muito veloz as difamações e humilhações, agravando ainda mais o problema. Além disso, o Bullying pode ser direto, quando as vítimas são atacadas física ou verbalmente, ou indireto, por ações que levam exclusivamente ao isolamento social, como a difamação, indiferença e exclusão. Para os adultos, a identificação é difícil tanto pelo sentido de ser algo comum, visto como uma fase transitória e fruto dos conflitos adolescentes, quanto pela falta de denúncia das vítimas. Desse modo, o sofrido vai perdendo o sentido e, como forma de alívio a um tormento que passa despercebido e permanece impune, chega ao ponto de finalizar sua existência.

Dentro desse contexto em situação escolar, destaca-se o psicólogo que possui um papel fundamental na detecção e prevenção dessa problemática. Apesar

de sua atuação iniciar-se basicamente na identificação de alunos com dificuldades de aprendizagem, orientação profissional dos estudantes em fase de escolha vocacional, dentre outros, seu trabalho deve ir muito além, precisando analisar e apreender as relações múltiplas da instituição, além de identificar as necessidades e possibilidades para aperfeiçoamento dessas relações, diferenciando-se, assim, do professor e do corpo de funcionários. Dessa forma, o psicólogo escolar desempenha papel fundamental quando utiliza seu olhar clínico, analítico e compreensivo, aliado à sua sensibilidade para detectar os fatores de risco e as possíveis vítimas, que não buscam sua ajuda por vergonha e/ou receio de retaliações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BULLYING

O fenômeno do Bullying analisado neste estudo surge dentro de uma conjuntura de socialização secundária, isto é, na escola. Compreendido como uma subcategoria de agressão ou comportamento agressivo, onde as relações de hostilidade e desprezo são expressas de forma repetida e intencional, desmedida e sem motivos aparentes aos colegas considerados mais fracos ou vulneráveis, que em algum aspecto fogem da linha de normalidade socialmente estabelecida, afetando intensamente a autoestima, promovendo sentimentos de desvalorização e culpa na vítima e acarretando, conseqüentemente, problemas psicológicos no desenvolvimento da personalidade na fase da adolescência.

“O Bullying escolar é uma forma de agressão velada dentro da instituição educacional, que acarreta danos, frequentemente irreversíveis, na vida global dos envolvidos, de modo a destruir lhes a saúde, psicológica e física. Além de conseqüências como rebaixamento da autoestima, depressão e marginalização, pode estimular desejos (e atitudes) de suicídio e assassinato” (LEMOS p.1. 2007).

Entende-se que a convivência social e a construção do Eu funcionam como um espelho: a reação do outro em relação ao sujeito vai apresentar a este como uma ideia de si mesmo, ainda que não seja de toda uma verdade. A influência do olhar hostil e dos desafetos expressos nas interações repercute na autoimagem, inculcando na subjetividade do adolescente um sentimento de desvalorização, culpa, baixa estima e desprezo por si. Esta ideia é reforçada por Lemos (2007) ao afirmar que "(...) a linguagem, o gesto e os afetos agem como significados ou significantes com os quais o sujeito pode dizer como se sente no mundo. (...)". Dessa forma, é

comum que as vítimas se isolem socialmente, sintam-se inseguras, envergonhadas, frágeis e amedrontadas.

O Bullying pode acontecer de forma direta, por meio de agressões físicas e verbais, e de modo indireto, com ações de discriminação e indiferença por parte dos colegas, situações que levam ao isolamento e exclusão social. Aliado a isso está a prática do cyberbullying, promovendo uma discriminação virtual onde as agressões psicológicas são mais frequentes, intensas e propagam-se rapidamente, agravando a sensação de impotência por parte da vítima. É um problema mais grave do que se pensa, pois além do desconhecimento está a falta de atenção e críticas ao comportamento por parte dos adultos, em especial os pais, aliado à negligência escolar. Por isso, a maior parte dos abusos ocorre de forma velada, sendo difícil sua detecção quando não há agressões diretas, tais como humilhações e coações.

“(...) a maioria das práticas de humilhação e desrespeito, como insulto e difamação, não é divulgada; além de que na maior parte das vezes, sua prova é de difícil verificação. Acrescente-se, nessa perspectiva, a vontade da vítima de esconder seu sofrimento em face da vergonha e a omissão de grande parte das pessoas que assistem ao ato de desrespeito. Em que pese a pouca divulgação, os casos dessa natureza se repetem diversas vezes no cotidiano escolar, sendo o Bullying uma das suas expressões (...).” (CAMPOS E JORGE, p.108, 2010).

Constituem-se como agentes da dinâmica: o espectador, o agressor e a vítima. O primeiro é passivo, não interfere nas situações de violência presenciadas, seja por medo de sofrer também, ao saber que o agressor permanece impune, ou por prazer em assistir ao padecimento da vítima. Em muitos casos, para ser aceito dentro de um grupo popular e almejado, o espectador cala-se, justifica e até incentiva as atitudes do agressor, legitimando o poder deste último ao afirmar que não houve intenção ou que se trata de um exagero da vítima. Os agressores usam de violência e coação para legitimar seu poder dentro do grupo, tornando o Bullying uma questão de prova de dominação social. São em geral impulsivos populares e desagradáveis, e não possuem limites e nem senso de respeito à ordem social. Por outro lado, no entanto, são inseguros e buscam reconhecimento e aprovação dos outros, além de se mostrarem intolerantes àqueles considerados distintos em algum aspecto da linha de normalidade socialmente estabelecida, tanto no aspecto físico

quanto comportamental. Podem prover de famílias pouco estruturadas, com carência de afeto, cuidado, supervisão e disciplina entre seus membros, e podem viver em ambientes que estimulam o comportamento explosivo para a solução dos problemas. Em suma, sentem prazer na dominação e percebem sua agressividade como qualidade, o que acaba sendo firmado pelas atitudes passivas dos pares ou, como Lamarca (2013) descreve abaixo, seu comportamento é reforçado pelo resto do grupo:

“Na perspectiva do autor do bullying, essa postura é interpretada como uma qualidade, reforçando o seu ego e colocando-o em um círculo vicioso de auto aprovação de sua conduta, o que culmina em um estado de satisfação ao dominar, controlar e causar danos e sofrimentos a outras pessoas.

Desse modo é possível destacar que o autor do bullying pode perceber seu comportamento como algo “benéfico”, por ser recompensado de diversas formas, no intuito de que cesse o seu comportamento inadequado.” (LAMARCA, p.09, 2013)

As vítimas tendem a serem frágeis inseguras e vulneráveis. Detêm algum traço físico ou comportamental que foge ao modelo imposto cultural e socialmente, saindo assim da linha de normalidade estabelecida. Possuem muitas dificuldades de reagir, uma vez que ao retraimento causado pela insegurança alia-se o sentimento de culpa promovido pela crença da responsabilidade mediante o comportamento do agressor, e vergonha ao assumir que sofreu agressões e humilhações. É comum que elas sejam solitárias ou tenham alguma dificuldade de relacionamento interpessoal, fato este que acaba por legitimar o sucesso do agressor. Em consequência, a vítima dificilmente se pronuncia para pedir ajuda aos pais ou à escola por medo de maiores retaliações ou perseguições, principalmente quando sofrem assédio moral, provocado pelo bullying indireto, ou seja, o fenômeno dificulta as respostas às relações sociais e, conseqüentemente, as demandas futuras em todo o ciclo vital, incutindo marcas na vida do sujeito. Segundo Lamarca (2013, p.10 *apud* Lopes & Neto, 2005 p.165), a vítima:

“Em geral, não dispõe de recursos, status ou habilidade para reagir ou cessar o bullying. Geralmente é pouco sociável, inseguro e desesperançado quando à possibilidade de adequação ao grupo. Sua baixa

autoestima é agravada por críticas dos adultos sobre a sua vida ou comportamento, dificultando a possibilidade de ajuda. Tem poucos amigos, é passivo, retraído, infeliz e sofre com a vergonha, medo, depressão e ansiedade. Sua autoestima pode estar tão comprometida que acredita ser merecedor dos maus-tratos sofridos.” Lamarca (2013, p.10 *apud* Lopes & Neto, 2005 p.165)

Entretanto, há ainda outra categoria de vítima: aquela que reage e torna-se vítima/agressor. Exauridas dos abusos, elas podem reagir com hostilidade tanto em relação ao agressor primário, quanto às outras vítimas, ou seja, podem tornar-se também um agente provocador do bullying, buscando humilhar os pares para ocultar seus receios e inseguranças. São indivíduos que possuem baixa autoestima, sofreram maus tratos com regularidade e podem, em consequência disso, externalizar inúmeros problemas de comportamento, sendo também impulsivos e reacionários. Diferem-se do agressor inicial por sofrerem um alto grau de rejeição por parte do grupo. Bandeira e Hurtz (2010, p.3 *apud* Liang e cols, 2007) explicam ainda que:

“Este grupo apresenta o risco mais elevado para apresentar severas ideias suicidas. Apresentam risco aumentado para vários tipos de comportamento de risco, violência e comportamento antissocial, quando comparadas a crianças que não estão envolvidas em bullying.” Bandeira e Hurtz (2010, p.3 *apud* Liang e cols, 2007).

A autoestima é um indicador da saúde psicológica na adolescência e relaciona-se diretamente com a aprovação social. Ela é uma avaliação que o sujeito faz constantemente de si mesmo. Porém, como exposto anteriormente, a forma como o indivíduo se percebe é refletida, assim como em um espelho, pelo olhar externo, por intermédio do convívio social. Assim, todos os sentimentos de aprovação ou repulsa por si mesmo sofrem o peso da visão do outro. Desse modo, adolescentes que sofrem Bullying têm como primeira consequência o prejuízo de sua autoestima. As crenças sobre si vão tornando-se mais distorcidas, fazendo com que a vítima seja invadida por um medo descomunal, ansiedade e muita insegurança. Por sofrer constantes abusos dentro da escola, o sujeito passa a temer tal ambiente, afetando diretamente o rendimento escolar e a socialização, desenvolvendo, em algumas situações, transtorno de Ansiedade Social. De acordo

com o DSM-V (p. 234, 2014): (...) “o indivíduo é temeroso, ansioso ou se esquia de interações e situações sociais que envolvem a possibilidade de ser avaliado” (...). Isso sem falar nos sintomas psicossomáticos, que vão desde náuseas, dores de cabeça e dificuldades de concentração, até desmaios, calafrios e tonturas.

Segundo Silva (2010, p.25) em sua obra *Bullying - Mentos Perigosos na Escola*, a prática do bullying pode gerar consequências psíquicas muito fortes, principalmente no que se refere aos Transtornos de Ansiedade, tais como: Transtorno Obsessivo Compulsivo, como forma de canalizar toda a ansiedade que provoca pensamentos ruins e destrutivos; Transtorno de Ansiedade Generalizada; Transtorno de Estresse Pós Traumático, causado pelo trauma da violência; Transtorno de Ansiedade Social; e Síndrome do Pânico, provocado pelo medo constante de sofrer a violência novamente; além dos Transtornos de imagem, como Anorexia e Bulimia, como consequência do prejuízo a autoimagem. Dentre a relação de problemas causados pelo bullying, o mais grave é o quadro Depressivo, que pode levar à consequência mais desastrosa: a vítima aqui entra em um estado de completo desespero e perda de sentido, não sabe a quem recorrer, pois percebe que o seu algoz é poderoso e influenciador dentro do grupo, enquanto os professores e funcionários da escola não percebem ou fazem “vista grossa”, mantendo a impunidade. Desse modo, em uma tentativa última de aliviar o sofrimento, buscando fugir dele e sem perspectivas, ela tira a própria vida recorrendo ao Suicídio.

2.2 SUICÍDIO

O suicídio vem se tornando uma das maiores causas de mortes do mundo. De acordo com os dados da OMS (2014), mundialmente, a cada 40 segundos uma pessoa comete suicídio e, a cada 3 segundos, uma pessoa atenta contra a própria vida. Para 2020, a previsão é de aumento, saltando para 1,5 milhões de mortes ao ano. O Brasil é o quarto país latino-americano com maior crescimento nos casos de suicídios entre 2000 e 2012, segundo o relatório divulgado pela OMS em 2014.

Entre 2000 e 2012, houve um aumento de 10,4% no número de mortes – alta de 17,8% entre mulheres e 8,2% entre os homens. Com isso, o país tornou-se o 8º país em número absoluto de suicídios (11.821 em 2012). A faixa etária mais atingida oscila entre 15 e 29 anos. (WHO, 2014 - Preventing suicide: A global imperative). Tal ação, em sua definição, consiste em um "[...] ato intencional de causar dano a si mesmo, sendo o objetivo final dar cabo a própria vida, englobando ideias e desejos suicidas, condutas suicidas sem resultado de morte e os suicídios consumados [...]" (Sholösser, Rosa, More p. 133, 2014).

De acordo com a Fenomenologia e a Logoterapia, esta última sendo uma abordagem psicológica centrada no sentido da vida, o suicídio surge quando a pessoa está cega e, sem condições de vislumbrar alternativas de saída e alívio, o foco é somente a dor, e nada além de deixar de existir pode modificar isso. Também estão presentes o peso da existência e a angústia pela liberdade em ter que constantemente escolher.

“A falta de habilidade para lidar com a dor e o sofrimento parece colocar as pessoas diante de uma possibilidade quase inevitável de querer resolver seus problemas, eliminando-os consigo mesmas: resolver os problemas com a própria morte” (Rocha, Boris e Moreira, p.70, 2012).

Na Logoterapia, Viktor Frankl vai aprofundar a questão do sentido da vida e vazio existencial. Chega à conclusão de que a motivação e o impulso para viver têm origem na vontade de sentido. É aquilo que faz o homem agir no mundo, a mola propulsora de sua existência, ou seja, é inerente e ontológico ao ser humano o desejo por aquilo que lhe atribua algum valor. Nesse contexto, o suicídio é inserido como perda de sentido. Ele ressalta a importância da relação dialogal saudável com o outro, para fomentar a vida psíquica das pessoas, sob a premissa de que, se a relação com o outro é mal sucedida e permeada por mal estar, influenciará na perda de sentido e vazio, visto que somos primariamente seres sociáveis.

Heidegger, filósofo alemão da corrente existencialista-fenomenológica, em sua concepção de Homem chama-o de *Dasein*, ou seja, o ser aí, que habita em coexistência com o mundo, em uma relação mútua capaz de reconhecer e escolher diante das possibilidades aquilo que lhe promova um sentido individual, que lhe

formará e modificará sua existência, tornando-o, portanto, o ser autêntico, aceitando que é dotado de uma liberdade ontológica inserida no constante movimento de discernimento. Em outras palavras, as condições do mundo agem sobre o ser humano antes mesmo de este ter uma consciência sobre quem é ou virá a ser, visto que nasce inserido em uma determinada sociedade, com características físicas específicas, e em uma cultura própria, sendo direcionado pelas experiências a uma conduta convencionalmente esperada. Contudo, o modo como é ou como será construído pelo ambiente não é o mesmo do que ele é em si ou, ainda, do seu *dever*. Há uma distinção entre as características que o ser humano herdará de todo o ambiente ao seu redor e aquilo que possuirá de singular dentro si. A este “algo” singular de cada homem, Heidegger dá o nome de “ser” do homem. Assim, quando o homem aceita sua condição de liberdade, diante das possibilidades abertas no meio em que está inserido, consegue deparar-se com as escolhas e optar por aquilo que lhe traga maior sentido. Ele vai transformando-se através de suas alternativas, que vão definindo seu mundo, fazendo-o viver da melhor maneira possível. Desse modo, o Homem encontra o equilíbrio entre os estímulos e regras inseridas pela cultura em todos os espaços de socialização (família, trabalho, amizades) e aquilo que de fato faz maior sentido para si, atingindo, portanto, o estado de Autenticidade. Como afirma Costa & Forteski (2013):

“O conceito de autenticidade reflete em aceitar a condição humana como ela é vivida e conseguir confrontar-se com as escolhas e a liberdade de escolher envolve a responsabilidade por fazer seu próprio destino. O sujeito é o que escolhe ser, sua identidade e características são consequências de suas próprias escolhas. A pessoa, conforme busca conhecer-se, compreender-se e descobrir-se na relação com o outro, constrói o seu mundo, dando sentido à sua existência e escolhendo viver da melhor maneira.” (COSTA & FORTESKI, 2013, p. 48)

Entretanto, visto que todo ser humano tem uma condição ontológica e inerente a pensar em si no mundo, o processo de busca pelo estado autêntico o faz caminhar para aquilo que seja coerente com sua identidade, firmando-o em um movimento de procura e tentativas constantes de equilíbrio onde, durante esse percurso, corre o risco de perder-se em si mesmo, deixar de reconhecer sua singularidade, perceber-se misturado. Dando-se conta de que está agindo baseado

nas coisas que apreende dos outros, ele entra em um estado de indiferenciação. Em outras palavras, o sujeito torna-se aquilo que o mundo diz que ele deve ser e, a partir daí, aliena-se, ficando inautêntico. "[...] Pois, nesse caso, o mundo das possibilidades passa a ser a vivência do "É": nela o sujeito é o que o mundo lhe designa, "É" representa a conformidade das grandes massas. [...]" (Costa e Forteski, 2013, p.45). Sendo assim, o indivíduo encontra-se em total desamparo, com sentimentos de angústia e mediocridade por não enxergar a capacidade de escolher por conta própria. Tal situação provoca desespero no sujeito que permanece emergindo em um estado de muita aflição diante das possibilidades apresentadas na vida, sem chances para exprimir sua autonomia, retirando os sentidos existenciais. A única certeza seria a da morte, aceita como um curso natural da vida, a limitação para as escolhas que esse homem não consegue mais fazer, e um possível retorno para o estado autônomo, visto que essa decisão não seria tomada pelo outro. Em outras palavras, a morte aparece como um fim último, a única saída para o estado inautêntico. Portanto:

"O ato de suicidar-se está envolvido por desespero, perante uma força incapaz de conceber razão e significado para a vida. Em meio a esse desespero e sofrimento, o suicídio justifica-se na destrutibilidade presente no que se consolida um ato extremo de desespero. Na medida em que se manifesta como um modo de ser da consciência, o suicídio é a apreensão de algo que é "eu mesmo". (Costa e Forteski, 2013, p.50)

Utilizando ainda uma visão interdisciplinar, podemos citar as contribuições de Emile Durkheim, sociólogo considerado um dos principais expoentes das ciências sociais, para esta temática. Durkheim postula ser o suicídio o resultado de respostas internas e subjetivas aos fatores sociais coercitivos e externos, sendo aquele uma resultante. Portanto, não podendo ser tratado como um aspecto meramente individual. Identificou, em um apurado estudo estatístico, que mesmo aquelas tentativas ou ações suicidas não relacionadas diretamente com o social estavam vinculadas ao grau de ligação com a sociedade, como afirma Corrêa (2007):

"A causa encontrada por ele foi o grau de coesão social, pois a maioria dos suicídios coincidia em um ponto: constava o excesso ou uma falta de integração do suicida na sociedade ou o suicídio era ligado a uma

crise social geral, ou seja, uma falta de regras que vinculem os membros da sociedade. Sendo assim, a causa dos suicídios estava na própria sociedade” (Correa, p.13, 2007).

Durkheim (1977) afirma ainda que o suicídio está presente em todas as sociedades e culturas, ultrapassando os limites de tempo, como parte da civilização, como se houvesse uma “aptidão definida para o suicídio” (Durkheim, 1977, p.16). Assim, “cada sociedade está disposta a fornecer um determinado contingente de mortos voluntários” (Durkheim, 1977, p.21), por isso a necessidade de explicar o suicídio como fato social. O autor ainda divide os indivíduos com essa tendência em três tipos distintos de suicidas. Porém, sendo o enfoque desta explicação falar sobre a violência social relacionada ao Bullying, dentre esses destacamos o tipo Egoísta, onde o sujeito percebe-se sem vínculos, isolado socialmente e por isso marginalizado sem integração. (Corrêa, p.8, 2007)

Em suma, o percurso que culmina no suicídio inicia-se como algo sutil, onde primeiramente ocorre o enfraquecimento ou afastamento de um ou mais fatores de proteção, tais como a OMS (2000, p.8) expõe: relações estruturadas e saudáveis com familiares, uma boa rede de conexões sociais, uma profissão que proporcione realização, e momentos de lazer. Em suma, dentro dos contextos teóricos apresentados, qualquer aspecto de vida que viabilize algum sentido. Essa instabilidade causada pelo declínio desses fatores move o emocional, servindo de gatilho para o pensamento de que a solução de todos os conflitos e principalmente a forma de parar a dor, por meio dos mecanismos de fuga, estaria desaparecendo. À medida que esse pensamento é alimentado, evolui para a fantasia suicida e, então, quando a linha de reflexão passa por um encadeamento de condutas, sujeito consegue formar um plano de ação e se estabelece o ideário suicida. Depois desse ponto, consuma-se o ato. Durante o processo, o idealizador pode expressar de forma sutil seus anseios por meio de autoagressões, tais como mutilações e cortes, e falas que corroboram para a depreciação da vida, além de prolongados momentos de solidão (Cassorla, 2004). Por isso, estar atento aos sinais pode facilitar a detecção da problemática e a compreensão da angústia do sujeito. Consequentemente,

“As fantasias suicidas costumam aparecer quando ocorre sofrimento sentido como terrível, não apenas emocional, mas também físico. É diante de um sofrimento intenso que a ideia de morte começa a ser considerada mais interessante do que a própria vida.” (CASSORLA, apud. 2004. ROCHA, BORIS & MOREIRA, p.70, 2012).

O pensamento suicida ainda é composto por três características, conforme publicado pelo OMS (2000, p.12) em seu Manual Para Profissionais de Atenção Primária: Ambivalência, onde o desejo de viver e morrer se alternam, e a vontade de permanecer neste mundo é acompanhada pela urgência de sair da situação dolorosa; Impulsividade para efetivar o ato, que é transitória e dura alguns minutos; Pensamento drástico e rígido.

Ainda, de acordo com este documento, a maioria dos suicidas passou por algum evento estressor ao menos três meses, destacando-se a rejeição e os problemas interpessoais, entre eles o Bullying, que tem seu início e meio de desenvolvimento no ambiente escolar. Assim, é fundamental o processo preventivo por meio de um profissional capacitado, isto é, o Psicólogo Escolar.

2.3 O PSICÓLOGO ESCOLAR

Historicamente, em consequência do sistema capitalista, a profissão de Psicólogo encontrou espaço para desenvolvimento ao selecionar, categorizar e definir o melhor perfil de trabalhador para a função mais adequada. Consequentemente, a partir da aplicação de testes de aptidão, a atividade resumiu-se a excluir as pessoas que apresentavam alguma disfunção. A escola, por seu turno, além de ser um espaço que proporciona a segunda socialização e um contato com o exterior, vai servir para formar indivíduos que irão atender à máquina capitalista. Nesse contexto, a atividade do Psicólogo Escolar surgiu para auxiliar a institucionalização dos alunos, sendo totalmente clínica, como afirma Silva, 2010, p. 16 “[...] Tradicionalmente, os psicólogos escolares têm baseado sua prática em um modelo médico de prestação de serviço, com uma atuação baseada na avaliação,

diagnóstico, encaminhamento e tratamento dos alunos a eles encaminhados [...]”. Desse modo, no contexto do Bullying, a forma de trabalho iria focar individualmente, culpabilizando a vítima e desconsiderando seu contexto social, as relações com os colegas e a família. No entanto, podemos inferir que tal fenômeno resulta em um estado emocional e psicológico de profunda angústia e desespero que, em casos sérios, culmina no suicídio, sendo consequência de todos os fatores acima citados. Por isso, seria fundamental, além do conhecimento clínico e das possibilidades de escuta, uma integração com a comunidade escolar, o conhecimento das dinâmicas relacionais entre os pares, dialogando com o corpo de funcionários e a família dos alunos, considerando-se, assim, todos os aspectos que envolvem esta temática.

É importante, antes de qualquer sugestão ou contribuição de intervenção, ressaltar e reconhecer as principais atribuições do Psicólogo Escolar que, de acordo com o CFP (Contribuição do Conselho Federal de Psicologia ao Ministério do Trabalho para integrar o catálogo brasileiro de ocupações – enviada em 17 de outubro de 1992.):

“O Psicólogo tem como função geral: aplicar os conhecimentos teóricos e técnicos da psicologia, com o objetivo de identificar e intervir nos fatores determinantes das ações e dos sujeitos, em sua história pessoal, familiar e social, vinculando-as também a condições políticas, históricas e culturais. Tem o objetivo de promover em seu trabalho, o respeito à dignidade e integridade do ser humano. O psicólogo vai analisar a influência dos fatores hereditários, ambientais e psicossociais sobre os sujeitos na sua dinâmica intrapsíquica e nas suas relações sociais para orientar-se no psicodiagnóstico e atendimento psicológico.” (CFP, 1992, p.01)

Ainda no que se refere ao âmbito educacional: “colabora para a compreensão e para a mudança do comportamento de educadores e educandos, no processo de ensino aprendizagem, nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais [...]” (CFP, 1992, p.05). Como um dos principais pontos de ação e intervenção deste profissional, no que se refere ao trabalho nas escolas, o psicólogo:

“3- Desenvolve, com os participantes do trabalho escolar (pais, alunos, diretores, professores, técnicos, pessoal administrativo), atividades visando a prevenir, identificar e resolver problemas psicossociais que possam bloquear, na escola, o desenvolvimento de potencialidades, a auto realização e o exercício da cidadania consciente

8- Diagnostica as dificuldades dos alunos dentro do sistema educacional e encaminha, aos serviços de atendimento da comunidade, aqueles que requeiram diagnostico e tratamento de problemas psicológicos específicos, cuja natureza transcenda a possibilidade de solução na escola, buscando sempre a atuação integrada entre escola e a comunidade. "(CFP, 1992, p.06)

Portanto, compreende-se que o psicólogo escolar não é apenas um profissional que detecta problemas de aprendizagem e promove a orientação vocacional. Seu trabalho também consiste na prevenção e identificação de qualquer tipo de obstáculo que interfira não apenas na aprendizagem, mas na formação de consciência e desenvolvimento da pessoa. Não é preciso dizer que o Bullying e suas reverberações, sendo o suicídio o mais grave, são a principal causa e a mais negligenciada dos conflitos escolares. Nesse sentido, o psicólogo, com seu olhar mais treinado, têm as habilidades requisitadas para atuar de forma concreta para vencer o problema.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo é uma pesquisa qualitativa de cunho teórico, onde será identificada a produção bibliográfica acerca da temática proposta. Visto que possui por objetivo principal discorrer sobre o papel fundamental do Psicólogo Escolar na prevenção ao suicídio de adolescentes provocado pelo Bullying, será feito um levantamento bibliográfico das contribuições anteriores, partindo, em princípio, dos principais estudos efetivados, e, posteriormente, a realização de uma análise do tema proposto. Nesse sentido, foram consultadas as bases de pesquisa Scielo e Pepsic e coletados artigos, sendo ao todo 23 (vinte e três), utilizando as palavras chave “Suicídio”, “Bullying” e “Psicólogo Escolar”; o relatório mais atualizado da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o suicídio, divulgado em 2014; o livro do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que também trata do tema e da Contribuição do CFP, em 1992, que conceitua e define os papéis do Psicólogo de forma geral e no contexto escolar. Como critérios de exclusão, à exceção desse último material específico, foram excluídos artigos que fugissem ao tema e que ultrapassassem o ano 2000, além das produções internacionais, uma vez que o foco foi retratar a realidade nacional. O caminho metodológico desse estudo partiu, primeiramente, de uma análise descritiva do processo do Bullying e do Suicídio, além de conceituar e definir as atribuições do Psicólogo Escolar. Definidos e explicados os três aspectos, estabelecemos convergências conceituais entre o Suicídio e o Bullying, mostrando suas possíveis relações e, por fim, o papel do Psicólogo Escolar diante da complexidade dos fenômenos supracitados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Bullying destaca-se entre um dos principais fatores de risco para o ideário suicida. Como ocorre na adolescência, período conturbado do desenvolvimento, onde a autoestima, o pensamento abstrato e a visão de si mesmo estão em processo de construção, a aceitação pelos grupos de pares é extremamente importante. Quando, ao contrário, acontece a exclusão, preconceitos pelas diferenças corporais ou comportamentais e consequentemente isolamento social seguidos de violência direta ou indireta, tanto por meio de agressões verbais ou cyberbullying, aspectos emocionais tais como solidão, tristeza profunda e angústia se fazem presentes de forma muito frequente. O adolescente percebe-se encurralado, com medo e coagido para denunciar os abusos, visto que ocorre por meio de relações desiguais de poder; não tem coragem para contar aos pais ou a escola, além de não ter o apoio dos colegas; vão todos os dias para a escola sabendo da violência que o aguarda. (Ver item 3.1). Isso resulta em sentimentos muito próximos de Depressão, Síndrome do Pânico e Estresse Pós-Traumático, como mencionado anteriormente (ver item 3.1). De acordo com Silva (p.25, 2010), o maior desejo é sair daquela situação e encontrar amparo. Todavia, em estágios como esse a pessoa não consegue enxergar nem entrar em contato com os fatores de proteção que poderiam servir como saída para a situação conflitante. (Ver item 3.2)

Ainda de acordo com a teoria de Durkheim (Ver item 3.2), o Suicídio é entendido como produto de resposta interna a coerção do fator social, completamente vinculado à coesão da sociedade. O fenômeno do Bullying ocorre em um espaço interpessoal, e de relação social onde o sujeito vai conviver com a diversidade podendo deparar-se com o que era até então alheio a ele, sem mencionar o fato de ser uma forma de legitimar o poder do abusador em meio ao grupo. (Ver item 3.1)

Portanto, Suicídio e o Bullying estão interligados, uma vez que um acontece como fim último do outro, principalmente quando a vítima, não conseguindo mais suportar a coação dos agressores, entra em um quadro de total desespero na busca por aliviar seu sofrimento.

“Assim, no desespero que surge desse contexto psicossocial, a morte se apresenta não como um fim em si mesmo, pois como muitos já colocaram o suicida não deseja morrer, mesmo porque a morte lhe é desconhecida, já que o que dela se conhece são manifestações que habitam o nosso imaginário de formas diversas. A morte surge como saída do sofrimento. A morte é a alternativa para calar a dor [...]” (DUTRA, p.101, 2000).

Retomando os dados da OMS (2014) (ver item 3.2), em um âmbito global, o suicídio é uma das cinco maiores causas de morte, e as faixas etárias atingidas encontram-se dos 15 aos 29 anos. Visto que, neste período da vida, a maior parte da população atingida está em atividade escolar, este parece ser o melhor local para a prevenção e conscientização do problema, além de ser o ambiente que propicia o Bullying, considerado nesse estudo como um dos principais gatilhos.

Destaca-se aí a atuação da escola e o papel do Psicólogo Escolar na detecção dos quadros de risco. Conforme as especificações do CFP (ver item 3.3), o psicólogo no âmbito educacional tem como principais atribuições diagnosticar as dificuldades dos alunos dentro do sistema e desenvolver atividades que promovam a melhoria do aprendizado, onde, entre outras coisas, encaixam-se as relações interpessoais. Antes de qualquer coisa, o trabalho do psicólogo começa com um mapeamento da instituição e a análise da dinâmica relacional entre seus componentes, conhecendo a realidade da escola (Freire, p.58,2012) para avaliar a melhor maneira de intervir. O trabalho precisa estar pautado em uma escuta ativa, na criação de um espaço acolhedor para que o adolescente sinta-se compreendido e amparado, além de focar na ressignificação das relações interpessoais e acontecimentos dentro dos grupos existentes, com momentos de dinâmicas coletivas e atividades que coloquem o agressor na posição de vítima e vice-versa, ou seja, estratégias que promovam melhoria na comunicação, onde possam ser identificados e apurados os conflitos. Isso pode ser salientado na afirmação de Silva

Teixeira (2007, p.12) em seu relato de prática com os adolescentes sobre o tema do suicídio e bullying:

“A ação dramática mostrou-se extremamente útil, possibilitando, em sentido dramático, a apreensão dos aspectos vinculados à prevenção, adolescência e escola e favorecendo a discussão na dimensão pessoal e, principalmente, na dimensão do papel profissional.”

É fundamental também criar formas de capacitação e conscientização de toda a equipe de funcionários do espaço, a fim de que todos – dos serviços gerais à direção escolar – saibam identificar os fatores e situações de risco. Como afirma Freire (2012, p.58 *apud* Marinho-Araujo e Almeida, 2008):

“Devem-se criar espaços de escuta psicológica, a fim de ressignificar as relações interpessoais na escola, conscientizar e transformar práticas existentes que estejam impedindo a consolidação de um ambiente saudável e propício ao aprendizado e ao desenvolvimento dessas relações. Associado a isso, o psicólogo escolar/educacional deve assessorar o trabalho coletivo da escola, instrumentalizando a equipe através de estudos e capacitações, contribuindo na formação dos professores e colocando-os também como coparticipantes nesse trabalho.”

Assim, o psicólogo será um mediador na dinâmica escolar. É importante ressaltar que ele não deve obrigar os adolescentes a falarem diretamente sobre o tema. Sendo assim, torna-se imprescindível o estabelecimento do vínculo de confiança e a criação das referidas estratégias que gerem oportunidades de trabalhar o assunto. Não podemos esquecer, também, que a instrução precisa ser transmitida para a família, pois, estando os pais ou responsáveis orientados, torna-se mais fácil tanto a identificação das situações de risco quanto o combate da demanda e a busca por tratamento. No entanto, o Psicólogo Escolar, mediante todas as atribuições de sua prática, não faz o acompanhamento terapêutico, mas por meio de seu olhar clínico pode sempre que achar necessário exercer os devidos encaminhamentos. (ver item 3.3). Logo, o trabalho deve ser realizado em conjunto com a equipe de profissionais da escola e a família, como reforça Teixeira (2007, p.34):

“Programas anti-bullying podem ser criados nas escolas com o objetivo de oferecer orientação aos pais, professores e alunos, ajudando no desenvolvimento de estratégias para lidar com o problema e promovendo a criação de medidas de controle do comportamento. As ações anti-bullying visam tornar o ambiente escolar um local saudável, seguro e acolhedor para crianças e adolescentes, favorecendo a promoção da aprendizagem e podendo realizar, desta forma, um importante trabalho preventivo psicopatológico na infância e adolescência.”

Portanto, ações de aprendizado que promovam a habilidade de reconhecer possíveis vítimas, especialmente as de ideário suicida, tornam-se imprescindíveis para prevenir qualquer tipo de tentativa, cabendo ao psicólogo escolar, em seu espaço de ação, desenvolver tais projetos que realizem não apenas as funções de detecção, mas acolhimento e compreensão para todos os participantes do convívio diário dos adolescentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término da reflexão aqui proposta, o presente estudo apontou, por meio de uma análise descritiva, o funcionamento e a dinâmica do suicídio e seu ideário, expondo como o Bullying consegue ser uma de suas principais causas, além de apontar como o Psicólogo Escolar pode, em meio as suas atribuições específicas, ser de fundamental importância no processo preventivo por meio de seu olhar cuidadoso e especializado. Podemos observar, através dos índices de suicídio trazidos pela OMS, que a maior faixa etária atingida está nos jovens em plena atividade escolar, que passam por um processo de formação de identidade, onde a autoimagem e aceitação dos pares constituem-se como fatores fundamentais para um desenvolvimento saudável. Nesse sentido, o Bullying insere-se como um movimento contrário, isolando, perseguindo e violentando aqueles que não se enquadram nos padrões de normalização socialmente definidos, simplesmente por suas particularidades e singulares.

Julgamos oportuno afirmar que a perda de sentido torna-se eminente em uma cultura de desvalorização da vida, estruturada em relações efêmeras que priorizam as aparências, abrindo espaço para pensamentos e comportamentos que levem a condutas suicidas. Assim, é de fundamental relevância para a Psicologia, como um todo, aprofundar-se nesta temática onde o psicólogo escolar está inserido, estando disponível e preparado para trabalhar com a comunidade escolar (alunos, pais, professores, diretores, etc.) a fim de conscientizar através das ações de educação e prevenção aos fenômenos do bullying e do suicídio, além de dar todo o suporte possível às vítimas e familiares, dentro de suas atribuições e limitações no contexto educacional. Em virtude de todos os aspectos mencionados, buscou-se sensibilizar e chamar atenção para um tema até então difícil de ser trabalhado e, por diversas vezes, negligenciado, sendo, portanto, necessário o desenvolvimento e a discussão de novas formas de intervenção possíveis dentro de projetos de pesquisa pedagógicos e psicopedagógicos, bem como um maior investimento na formação acadêmica do psicólogo escolar, fornecendo as condições para o aperfeiçoamento das habilidades que o manejo eficiente requisita. O Bullying já é algo tão

naturalizado que a equipe pedagógica e a comunidade escolar tendem a encobrir os casos, afastando a vítima e a culpabilizando junto com o agressor devido à falta de manejo, e recorrem aos pais dos envolvidos por não estarem capacitados para atuar de forma mais eficiente, esperando deles apenas ações punitivas e usando medidas paliativas como suspensões temporárias. No entanto, diante das consequências nefastas do Bullying, que culminam em mutilações e suicídio, dos diversos tipos de adoecimento mental, além das cicatrizes psíquicas e físicas em futuros adultos, se faz necessária a atuação do Psicólogo Escolar em qualquer instituição de ensino (pública ou particular). Desse modo, inferimos que sem esse profissional a prevenção não existe por falta de orientação e formação por parte do corpo pedagógico e escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. A questão da psicogenética walloniana. **Estud. Psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 31, n. 4, p. 595-604, Dezembro de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2014000400013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 de abril de 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2014000300013>.

BANDEIRA, C.; HUTZ, C. As implicações do bullying na autoestima de adolescentes. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 131-138, 2010.

BANDURA, Albert. Fundamentos sociais do pensamento e da ação: uma teoria cognitivo-social do pensamento e da ação: uma teoria cognitivo-social. (Social Foundations of Thought and Action: A Social-Cognitive Theory). 395 págs, Prentice-Hall, 1986.

Campos, H. R., & Jorge, S. D. C. (2010). Violência na escola; uma reflexão sobre *bullying* e a prática educativa. *Em Aberto*, 23(83), 107-128. Disponível em <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2254/2221>> Acesso em 02 de abril de 2017.

CERQUEIRA, Yohanna, LIMA, Patrícia – *Suicídio: a prática do psicólogo e os principais fatores de risco e de proteção*. *Revista IGT na Rede*, v. 12, nº 23, 2015. p. 444 – 458. Disponível em <http://www.igt.psc.br/ojs> ISSN: 1807-2526

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil. Contribuição do Conselho Federal de Psicologia ao Ministério do Trabalho para integrar o catálogo brasileiro de ocupações – enviado em 17 de outubro de 1992. 10 p.

COSTA, Maira Maria da, e FORTESKI Rosina. *O constrangimento do ser e a alienação existencial como hipóteses Fenomenológico-Existenciais para o ato de suicidar-se*. *Revista Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea*, 2013, 2 (1), 42-56. Acesso em 02 de abril de 2017. Disponível em <http://www.revistapfc.com.br/rPFCwordpress/wp-content/uploads/2017/01/042_ForteskiR_O-constrangimento-do-ser-e-a-alienac%CC%A7a%CC%83o-existencial-ato-de-suicidar.pdf> Acesso em 02 de abril de 2017

DSM-V (2013). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed.

DUTRA, E. Compreensão de tentativas de suicídio de jovens sob o enfoque da abordagem centrada na pessoa. Compreensão de tentativas de suicídio de jovens sob o enfoque da Abordagem Centrada na Pessoa, 2000. São Paulo.

FRANSCHINI, Rosângela; VIANA, Meire Nunes. *Psicologia Escolar: que fazer é esse?* Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2016.215p. ISBN: 978-85-89208-76-5

FREIRE, Alane Novais; AIRES, Januária Silva. A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do Bullying. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 55-60, June 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572012000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Abr. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572012000100006>

FREITAS, Márcia de Fátima Rabelo Lovisi de; DIAS, Jaqueline Pereira. *Teoria Social Cognitiva: conceitos básicos*. Obra resenhada: Bandura, A.; Azzi, R. G. & Polydoro, S.(2008). *Teoria Social Cognitiva: conceitos básicos*. Porto Alegre: Artmed, 176 pp.

KUCZYNSKI, Evelyn. *Ensaio Suicídio na infância e adolescência*. IN: II JORNADA SOBRE SUICÍDIO DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE MORTE. 2. 2013. Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Psicologia Usp. 2013. 246-252 p. Vol. 25. Publicado em 2014

LE MOS, Anna Carolina Mendonça. *Uma visão psicopedagógica do Bullying Escolar*. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 24, n. 73, p. 68-75, 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862007000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 01 abr. 2017.

NETO, Carlos, Henrique, Aragão. *O sentido na vida como fator de proteção ao suicídio*. Disponível em < <http://www.abeps.org.br/>> Acesso em 03 de abril de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Manual para Profissionais de Atenção a Saúde Primária*. Transtornos Mentais e Comportamentais. Departamento de Saúde Mental. Organização Mundial da Saúde. Genebra. 2000. 22p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Prevenção ao suicídio: Manual para Professores e Educadores*. Transtornos Mentais e Comportamentais. Departamento de Saúde Mental. Organização Mundial da Saúde. Genebra. 2000. 29p.

ROCHA, Mario A. S. da, BORIS, Georges B. J. B, E MOREIRA, Virgínia. *A Experiência Suicida numa Perspectiva Humanista-Fenomenológica*. Revista da Abordagem Gestáltica – XVIII(1): 69-78, jan-jun, 2012. Disponível em < pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672012000100010> Acesso em 31 de março de 2017.

SCHLÖSSER, A., ROSA, G. F. C., MORE, C. L. O. O. *Revisão: Comportamento Suicida ao Longo do Ciclo Vital*. *Trends in Psychology / Temas em Psicologia* – 2014, Vol. 22, nº 133, 1-145. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000100011 > Acesso em 03 de abril de 2017

SILVA, Ana B. B. *Bullying - Mentos Perigosas na Escola*. 2ª Edição. 2015. São Paulo. Principium Editorial. 208 p..

SILVA TEIXEIRA, Célia Mria Ferreira. A escola como espaço de prevenção ao suicídio de adolescentes – relato de experiência. **Revista Inter Ação**, [S.l.], v. 27, n. 1, p. 99-114, ago. 2007. ISSN 1981-8416. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/1509>>. Acesso em: 02 set. 2017. <<https://doi.org/10.5216/ia.v27i1.1509>>.

Teixeira, G. H. (2006). Bullying, a violência escolar: Psiquiatra. Recuperado 2 set 2017, disponível <http://www.comportamentoinfantil.com/comportamentos/bullying.htm>

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Preventing suicide: A global imperative*. . Departamento de Saúde Mental. Organização Mundial da Saúde. Genebra. 2014. 92 p.